

**GESTOS DE INTERPRETAÇÃO
E PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO:
COMO SIGNIFICA O ESPAÇO CIDADE
NOS DISCURSOS URBANOS**

Maria Teresa Martins Rezende (UEMS)

mariterezende@hotmail.com

Maria Leda Pinto (UEMS)

leda@uems.br

RESUMO

A cidade é um espaço social historicamente estabelecido, para além de suas realidades materiais, nos discursos sociais e em seus efeitos de sentidos plasmados na história e constituídos por meio dos movimentos inerentes à ordem da interpretação da qual nenhum sujeito social se furta, já que o discurso, enquanto instância comunicativa, desenvolve-se na base das condições de produção que estão intrinsecamente ligadas às determinações históricas relativas a este sujeito que cria sentidos e, portanto, interpreta. A materialidade da linguagem, sua discursividade, supõe relações que consideram os movimentos da interpretação e da produção de sentidos porque observam a relação particular de *estrutura/acometimento* e todas as dimensões de uma não neutralidade do dizer que se encontra sempre suscetível ao equívoco e ao acaso. Eni Puccinelli Orlandi mostra, em sua obra *A Cidade dos Sentidos* (2004), que as interpretações e os sentidos que se produzem nas relações do sujeito da/na cidade surgem inscritos nas dimensões simbólicas e materiais que determinam esse espaço, inevitavelmente atravessado pela necessidade de interpretar, sobretudo quando é possível compreender como os mecanismos de funcionamento da linguagem estão diretamente afetados pelos conceitos políticos e ideológicos.

Palavras-chave: Discurso. Análise. Interpretação. Sentidos. Cidade.

1. Introdução

É no sujeito que o mundo faz sentido e que a linguagem se diz, se realiza como discurso. (Orlandi)

A interpretação pode ser considerada como condição *sine qua non* da instância discursiva, quando se compreende a dinâmica histórica, e, portanto, o material da linguagem, o jogo de possibilidades de articulações da língua, enquanto sistema, admite expedientes que revelam como a exterioridade deve ser considerada dentro do processo de elaboração comunicativa discursiva, sem dissociá-la do conceito de incompletude que constitui o funcionamento dos mecanismos de significação dos discursos.

A instância discursiva tem na língua, e em suas inúmeras possibilidades de uso, o suporte para produzir sentidos. O sujeito que enuncia coloca em movimento a estrutura linguística por meio dos processos comunicativos, construídos da estrutura e do acontecimento que se efetiva no discurso. Essa conversão da língua em discurso é possível porque o ato de enunciar, pertinente ao sujeito social (para não dizê-lo exclusivo), institui-se parte substancial do processo comunicativo da linguagem porque “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade” (BENVENISTE, 2006, p. 83). De fato, a apropriação do sistema linguístico não basta para comunicar, é preciso dispor dele no uso para garantir sua efetivação. Entretanto, para a análise de discurso, junto à estrutura linguística estão os mecanismos responsáveis pelo estabelecimento dos sentidos na manipulação de seus efeitos, designando, assim, as dimensões da interpretação. Considerar a interpretação não implica em desvendar um significado único e “verdadeiro”, mas sim compreender como o aparecimento dos discursos estão regidos por gestos de interpretação que compõem os processos de significação forjados na materialidade da língua, tão logo instituídos e afetados pela historicidade.

Sendo a interpretação elemento constitutivo da língua, nessa perspectiva, as relações entre língua e discurso produzem efeitos e deslizamentos de sentidos que se inscrevem na história pelos processos de produção e práticas discursivas, as quais derivam em diferentes formações discursivas e em metaforizações que não podem estar desvinculadas do sujeito e da posição social que ele ocupa, e nisso estão implicadas noções de ordem ideológicas, simbólicas e políticas. As dimensões interpretativas precisam estar consideradas dentro de um contexto discursivo que se desenvolve no movimento das relações entre língua, sujeito e história para que seja possível questioná-las, conforme prerrogativas da Análise de Discurso de linha francesa. Questionar a ‘interpretação’ permite resgatar a espessura semântica da discursividade, uma vez que a apreensão dos elementos do processo de significação pode ser apreendida pelo movimento histórico e material das condições de produção dos discursos.

Os mesmos mecanismos dos processos de significação vinculam os sentidos produzidos *na/da* cidade, igualmente regidos por formações imaginárias plasmadas pelo discurso social “urbano” e suas interpretações. No espaço da cidade, as interpretações estão vinculadas, assim como todo discurso, às formações sociais e seus sistemas de controle tanto da interpretação como do imaginário. As relações entre o sujeito urbano e a cidade, assim como as relações do sujeito com os sentidos produzidos

no espaço citadino, possuem caráter imprevisível, justamente pelo fato de que existe uma impossibilidade em determinar um acesso único e direto ao sentido; toda relação sujeito/sentido depende de uma exterioridade, e nisso residem outras inúmeras possibilidades de interpretar. A cidade, enquanto espaço físico específico, possui uma materialidade particular, com condições de produção dos discursos específicas, inclusive no que tange às necessidades de comunicação; os sentidos e seus processos de significação estão vinculados, sobretudo, às formações imaginárias - discursivas e sociais - que encerram modos de funcionamento impelidos por movimentos contínuos de repetição e diferença, contidos no uso da linguagem.

A cidade implica no sujeito sentidos que geralmente são metafóricos de maneira equivocada visto que neles estão implicadas lacunas no que diz respeito à materialidade de fato, o “real da cidade”; o deslizamento, a transferência e a identificação que está no cerne do efeito metafórico da interpretação representam a falta de apreciação do “outro” porque interpretam por meio da ideologia e de seu caráter redutor referencial. Ocorre que as representações da realidade, da cidade, surgem nas relações com os sujeitos assentadas em formações imaginárias que tendem, e pretendem, ao conceito de urbano, da ordem do planejamento, que constantemente está tomada pelo caos que a quantidade, como noção redutora, instala. Há, então, uma reprodução bastante regular nos discursos sociais que relacionam a cidade à violência numa repetição onde subjaz a ideologia e suas imagens discursivizadas; reside aí, no interior dos discursos a segregação, a perpetuação da divisão social.

Metaforizar sentidos que se estabelecem dentro de “uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2015, p. 23) se desenvolve no processo de significação, naquilo que se tem possibilidade de retomar numa transferência analógica no universo dos signos e dos efeitos de sentido. O interdiscurso, recurso linguístico com proximidade sustentada na paráfrase, desliza por entre as enunciações discursivas e se estabelece nos enunciados que precedem, sempre, qualquer caráter ‘inédito’ que se pretenda designar a um discurso. Ademais, é possível perceber nessa dinâmica como a própria ideia de estabilidade é construída para causar um efeito durativo de homogeneidade discursiva num funcionamento imaginário da linguagem, ainda que todo enunciado seja “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

2. O efeito de evidência nos processos de significação e interpretação relacionados aos limites da cidade

Os movimentos da interpretação, como processo significativo, não existem de forma neutra. O sujeito ao produzir seu discurso evoca vozes e memórias constituídas nas formas institucionais que conduzem às mais variadas formações sociais num movimento diacrônico; e muito embora os sentidos se inscrevam pela língua na história, em muitos contextos, eles sofrem deslocamentos que usurpam seu lastro material e histórico. Esse fato ocorre por exemplo, por meio da intervenção ideológica, que desloca os sentidos reduzindo-os a um conteúdo e a uma “impressão de sentido literal”. (ORLANDI, 2004, p. 22)

O efeito de evidência que constitui as bases ideológicas mantém controlada a interpretação, direcionando-a para sentidos igualmente controlados.

Toda formação social tem formas de controle da interpretação, mais ou menos desenvolvidas institucionalmente, que são historicamente determinadas. De um lado, os fatos reclamam sentidos, de outro, os sujeitos não podem não interpretar. Eles estão condenados a significar. (ORLANDI, 2004, p. 25)

Isso implica em considerar na ideologia um caráter promotor de identificação, garantindo um efeito de pseudototalidade responsável por uma retroalimentação dos mecanismos de controle dos sentidos que representam a realidade. E essa realidade é reproduzida pelos aparelhos ideológicos institucionalizados, como por exemplo, a escola, e que diferentemente do que defendia Louis Althusser (1987), não tem seu horizonte de atuação política limitado ao Estado, mas se estende às influências da própria materialidade aqui relatada e que tem sua ancoragem, para além do Estado, no capital. Naturalmente, reconhecer esses movimentos de manipulação dos sentidos é imprescindível àquele que pretende analisar as dinâmicas da interpretação e os processos de produção de significação sob pena de recorrer num determinismo impositivo e tendencioso. Ademais, é necessário compreender os níveis de relação que a ideologia estabelece com os signos plasmando diferenças porque surgem da exterioridade, como postula Mikhail Bakhtin:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as

ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. (BAKHTIN, 1988, p.33)

Como os sentidos, e a produção deles, dependem dos signos, não há como esquecer-los inclusive como estrutura linguística abstrata. As convenções sógnicas são fortemente motivadas historicamente, advêm de condições de produção, de determinadas circunstâncias, sobretudo linguísticas. Os signos estão semanticamente comprometidos com o exterior, com a experiência, com a ideologia e isso faz deles partes substanciais da interpretação e da produção de sentidos nos discursos. A escolha dos signos para compor um discurso deixa entrever as posições que os sujeitos ocupam e os processos de significação a que estão vinculados seus movimentos de interpretação. Identificar esses elementos constituintes da instância discursiva orienta a compreensão do letramento imagético existencial do sujeito, entendendo existencial a partir da materialidade histórica com toda a sua carga simbólica impelindo o sujeito.

Dentro desse enfoque é relevante que se diga que o imagético concerne à ordem das formações imaginárias sociais que derivam também para as práticas discursivas dentro dos níveis relacionais com o “outro”. Esse entendimento aponta para o fato de que “(...) o trabalho do analista deve considerar o movimento da interpretação inscrita no sujeito do discurso, naquele que fala, e que deixa pistas no próprio dizer”. (ORLANDI, 2004, p. 24)

De toda forma, o discurso comporta em sua efetivação um conjunto de enunciados que formam “uma rede de relações associativas implícitas” (PÊCHEUX, 2015, p. 23), e sendo assim, podem resgatar correlações em diferentes dimensões estruturais da linguagem referentes à representação do “real”. A partir daí, pode-se compreender o porquê das estabilizações pela lógica, já que a cada formação discursiva haverá discursos correspondentes, formados por enunciados ‘institucionalizados’ da comunidade discursiva. Esses enunciados, tão ‘estabilizados logicamente’, podem ser perfeitamente evocados numa enunciação posterior, em outro contexto de fala, e, portanto, se desenvolver por outros processos de significação, tendo seus sentidos afetados por outros efeitos.

No que respeita aos processos de significação desenvolvidos *da/na* cidade, toda a dinâmica que pode estar contida na interpretação aparece mobilizada rumo às “estabilizações lógicas” advindas de uma pseudorealidade forjada no sentido institucional, administrativo e redutor. Então, o equívoco se instala nos discursos sociais, promovido pela ideologia e seus princípios ambíguos: “O equívoco remete, pois, ao mo-

do de funcionamento da ideologia: o que está presente por uma ausência necessária, o que, da memória (saber discursivo, interdiscurso), estruturalmente se esquece para que o sentido seja ‘este’” (ORLANDI, 2004, p.23). Nesse movimento, as metaforizações *da/na* cidade se deslocam para a violência, para as falsas noções de cidadania e para correlações que deturpam as condições materialmente reais da cidade. O efeito metafórico e a interpretação, nos limites da cidade, têm relações associativas que tratam a noção de quantidade dentro das demandas de urgência que o urbano encerra, e “com a sobreposição do urbano sobre a cidade e deste sobre o social, deixa-se de significar a cidade em sua dimensão social sujeita à história” (ORLANDI, 2004, p. 69). O conceito de urbanismo se compõe na esfera do planejamento, do administrativo, que estão em níveis abstratos porque não representam a realidade vivida em sociedade.

3. Cidade: deslocamentos metafóricos redutores

Os processos de significação, a produção de sentidos, enfim, a interpretação que o sujeito faz da cidade são de certa forma bem particulares, principalmente naquilo que relaciona as interpretações de cidade e de urbano, de onde surgem discursos sociais que metaforizam a divisão social. O lugar da interpretação na cidade passa pelos princípios redutores da ideologia e *significa* de forma bastante equivocada; o deslocamento metafórico na relação sujeito – cidade – sentido está vinculada ao conceito de urbano, estabelecendo uma materialidade simbólica definida na quantidade e no que é planejado.

A cidade, significada pelo que chamo discurso (do) urbano, abriga o social – o “polido” – que no entanto, se realiza administrativamente como o “policiado”, referido à (manutenção da) organização urbana. (...) o social passa a significar pela urbanidade (planejamento, tecnologia) e perde muito das suas características materiais estruturantes”. (ORLANDI, 2004, p. 64)

O “discurso (do) urbano” a que Eni Puccinelli Orlandi faz referência, citando o elemento do social e que muito embora deveria ser metaforizado pela historicização, está mal aproveitado em sua materialidade simbólica porque se encontra sobreposto pela noção do urbano. Disso resultam os equívocos, instalados nos discursos, via ideologia e seus mecanismos que direcionam a interpretação. E assim, entre a estrutura material da cidade e o acontecimento cotidiano dela, está instalado o deslocamento, o desliz, o equívoco que possibilitam o movimento entre descrição e interpretação dos sentidos produzidos e produtores de ‘impressões’. O que de fato ocorre é que o direcionamento do discurso social segue pe-

lo âmbito da simplificação; isso implica numa movimentação de enunciados ‘logicamente estáveis’ que são definidos como representações, simplificadas e redutoras, da realidade por posições institucionalizadas que forjam dissimuladamente um efeito homogeneizador do discurso urbano no sujeito social.

Ora, esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio etc. que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações. (PÊCHEUX, 2015, p. 32)

A mobilização de um conjunto de enunciados, de estatutos fidedignos e fixados como proposições verdadeiras ou falsas, dentro de uma formação discursiva, se relaciona ao controle do imaginário, da interpretação, dos efeitos de sentidos que atende à “essa necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, isto é normatizado (...)” (PÊCHEUX, 2015, p. 34). Essa mobilização constrói-se com vistas à essa simplificação homogeneizadora no intuito de garantir esse “mundo semanticamente normal” que parece estar discursivizado em toda a estrutura social.

Na cidade, os discursos se reproduzem dentro dessas normatizações e se relacionam equivocadamente nos processos de significação e produção de sentidos, ainda porque são afetados pelo deslocamento metafórico que confunde as esferas do público e do particular dentro do espaço citadino. Há um processo de subjetivação do sujeito social, de ordem institucional, que abre uma lacuna importante nos sentidos produzidos por um mecanismo discursivo que antecipa a interpretação; isso quer dizer que se instala nesses discursos urbanos um confronto de ordem simbólica e política que mais uma vez traduzem a violência como elemento natural à cidade.

(...) sentido na cidade tropeça na quantidade que não se metaforiza como devia: o tempo é o da urgência e o espaço urbano é atulhado. O que é conflito real e constitutivo do processo de produção de sentidos e das múltiplas formas de existência da cidade deriva para a violência. Estreita-se o sentido da cidadania. (ORLANDI, 2004, p. 65)

É possível, então, perceber que ocorre uma “equivalência interpretativa” (PÊCHEUX, 2015, p. 46) que faz face à reprodução dos discursos semanticamente e ‘logicamente estabilizados’ dentro da macrocomunidade discursiva *da/na* cidade. Uma vez institucionalizados, esses discursos multiplicam-se pelos mais diferentes contextos de fala, e atingem,

imprimindo um efeito de naturalidade e espontaneidade, as dimensões sociais, causando nelas uma dependência discursiva subjacente ao controle, velado (e talvez nem tanto assim), dos limites do enunciado.

Some-se a toda essa rede de correlações que a linguagem estabelece com as dimensões que lhe conferem a espessura semântica, as relações estabelecidas pelo rotineiro cotidiano, o qual está naturalmente implicado nas dinâmicas do espaço da cidade, mais uma vez pelo deslocamento do sentido de urgência e de urbano. Talvez, haja nesta relação de urgência – urbano, mais do que o efeito de permanência, o efeito de normalidade das homogeneizações discursivas, “partilhadas” e participadas pelo social na forma de “um bem comum” acessível a todos, dissimuladamente, de forma indistinta porque se trata de um discurso de tendência unívoca, impondo limites e fronteiras, e que se furta a considerar os múltiplos reais possíveis que estão, inclusive, num movimento contínuo.

Esta fronteira entre dois espaços é tanto mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (derivando do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno dela. Já nesta região discursiva intermediária, as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais encontram-se inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos. (PÊCHEAUX, 2015, p. 51)

No movimento material da cidade, a pseudototalidade enquanto propriedade que se pretende estruturar junto ao discurso do urbano, parece oscilar dentro desta ‘zona intermediária’ dos processos discursivos, quando àquilo que respeita ao urbano, interpretado como esfera administrativa e administrável, soluciona os problemas de base social, individualizando soluções que apontam para o oposto da noção de social (coletivo), agindo como redutoras de seu potencial coletivo e, portanto, desta pretensa unidade sócio-política-ideológica. É no mínimo, passível de questionamentos, uma instância que induz o sujeito urbano a uma noção ilusória de ‘totalidade’, mas que promove em seu interior a segregação característica dos processos de exclusão mascarados nos moldes normativos, instalando essa suspensão na ordem do acontecimento, talvez pelo fato de usurpar da cidade suas propriedades “reais”.

4. Considerações finais

A cidade é um espaço que engendra as relações sociais cotidianas inevitavelmente atravessadas por correlações que trazem em sua existên-

cia movimentos determinados *na* e *pela* história. Ela reclama sentidos e interpretações, e neste processo atinge os sujeitos sociais e seus discursos numa dinâmica recíproca de representação, porque ela representa e é representada levando-se em conta, principalmente no que tange aos processos interpretativos, o “outro”, entendido como elemento de exterioridade, e por isso mesmo, expediente que instala os efeitos de identificação, contidos nos gestos de interpretação. Há, portanto, um importante mecanismo simbólico determinado nessas relações e que afeta o processo de significação nas várias dimensões sociais.

Os gestos de interpretação, observados mais detidamente, mostram que uma pretensa neutralidade e transparência do discurso não sustentam os deslocamentos metafóricos, os deslizes e os equívocos que se materializam nas possibilidades da língua. Essa perspectiva não é senão um mecanismo ideológico de controle e coerção que se desenvolve dentro das formações imaginárias e seus enunciados ‘logicamente estabilizados’ e institucionalizados que tendem a omitir as associações, e os efeitos que elas podem construir e/ou modificar, ao fixar sob o signo da normalidade (normatização – homogeneização) a ideologia e suas premissas redutoras.

O discurso do social urbano figura, então, junto ao estatuto dos processos enunciativos, nos limites da estrutura e do acontecimento num processo contínuo de ordem interpretativa que inscreve sua discursividade pela espessura semântica:

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

A prática discursiva está implicada em uma série de possibilidades enunciativas, e de opções de articulação muito amplas, que encontram-se muito frequentemente vinculadas às formações imaginárias fortemente regidas nas bases ideológicas, manipuladoras do simbólico e do político; a interpretação, por sua vez, se volta à imprevisibilidade ante uma impossibilidade de se definir a relação sujeito/sentido que se estabelece sempre num continuum porque “(...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação – reestruturação (...)” (PÊCHEUX, 2015, p. 56) que se insere substancialmente no movimento cambiante da interpretação.

Na cidade, esse processo de desestruturação – reestruturação está estabelecido no discurso urbano numa relação caótica em que a noção de quantidade surge deslocada metaforicamente como materialidade concreta desse espaço particular. A linguagem funciona vinculada a um mecanismo discursivo de relações bastante estreitas com o imaginário e seu funcionamento, influenciando na produção dos efeitos de sentido e nos lugares de onde emanam as interpretações que escapam, constantemente, a um determinismo sistemático, desde que sejam consideradas as manobras dos efeitos metafóricos e suas ideologias constituintes na apreciação da exterioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.